Convivência Democrática
Protagonismo
juvenil

**Presidente da República**
Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro da Educação**
Fernando Haddad

**Secretário Especial de Direitos Humanos**
Paulo de Tarso Vannuchi

**Secretária de Educação Básica - SEB/MEC**
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

**Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC**
Daniel da Silva Balaban

**Diretora de Políticas de Ensino Médio - DPEM/SEB/MEC**
Lucia Helena Lodi

**Coordenação do Projeto**
Lucia Helena Lodi

**Equipe Técnica - DPEM/SEB/MEC**
Rozana da Silva Castro
Maria Marismene Gonzaga

**Organização**
FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP)

**Consultores**
Ulisses F. Araújo e Valéria Amorim Arantes

**Equipe de elaboração**
Ulisses F. Araújo,Valéria Amorim Arantes, Ana Maria Klein e Eliane Cândida Pereira

**Revisão**
Maria Helena Pereira Dias, Ana Lucia Santos (preparação)

**Coordenação de Arte**
Ricardo Postacchini

**Diagramação**
Camila Fiorenza Crispino

Tiragem 40 mil exemplares

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 500
CEP: 70.047-900 - Brasília - DF
Tel. (61) 2104-8177/2104-8010
http://www.mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalagoção na Publicação (CIP)

---

Programa Ética e Cidadania : construindo valores na escola e na sociedade : protagonismo juvenil / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
4 v.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado
Conteúdo: Protagonismo juvenil – módulo 1: Ética – módulo 2: Convivência Democrática – módulo 3: Direitos Humanos – módulo 4: Inclusão Social
ISBN 978-85-98171-74-6

1. Ética. 2. Cidadania. 3. Direitos humanos. 4. Inclusão social. 5. Violência na escola. 6. Relações sociais na escola. 7. Igualdade de oportunidades. I. Fundação de Apoio à Faculdade de Educação. II. Araújo, Ulisses F. III. Brasil. Secretaria de Educação Básica.

CDU 37.014.53

# Convivência Democrática

## Módulo 2

### Protagonismo juvenil

# Sumário

# Convivência Democrática

## Introdução

# Protagonismo juvenil

Democracia, tradicionalmente, refere-se à "forma de governo", ou ao "governo da maioria". Quando levamos essa discussão para o âmbito da educação, no entanto, algumas perguntas surgem de imediato: escola democrática é aquela em que a forma de organização está pautada no princípio de que deve ser governada pelos interesses da maioria, que são os alunos e as alunas? Ou então, será que é democrático a maioria dos estudantes decidir, por exemplo, pela exclusão de um(a) colega de seu convívio?

O autor catalão Josep Puig, em seu livro *Democracia e participação escolar*[1] (Moderna, 2000), nos lembra que, embora o termo democracia seja útil para definir um modelo desejável de relações políticas na sociedade, em instituições como a família e a escola existe uma assimetria "natural" nas relações, determinada pela diferença na responsabilidade dos papéis sociais, que nos levam a compreender a democracia a partir de outros referenciais. Por exemplo, a relação pai/mãe com seus filhos(as) não é uma relação horizontal, de simetria, baseada na igualdade, pois os pais, como adultos, têm responsabilidades que os obrigam, muitas vezes, a ter de contrariar interesses de seus filhos e filhas. Da mesma forma, a relação do(a) docente com seus alunos e suas alunas não é horizontal, simétrica, pois esses atores e atrizes sociais têm papéis e responsabilidades diferentes dentro da sociedade.

Para que o modelo de democracia seja justo e almeje a liberdade individual e coletiva, é necessário que a igualdade e a eqüidade (que reconhece o princípio da diferença dentro da igualdade) sejam compreendidas como complementares. Ao mesmo tempo em que a igualdade de direitos deve ser objetivada nas instituições sociais, não se pode perder de vista o direito e o respeito à diversidade, ao pensamento divergente. Se queremos compreender a democracia na escola, devemos reconhecer, ao mesmo tempo, a diferença nos papéis sociais e nos deveres e buscar aqueles aspectos em que todos os membros da comunidade escolar têm os mesmos direitos.

1 PUIG, Josep e outros. *Democracia e participação escolar.* São Paulo: Moderna, 2000.

Por exemplo, o direito ao diálogo, à livre expressão de seus sentimentos e idéias, ao tratamento respeitoso, à dignidade, etc.

Tal discussão é importante para a apresentação de propostas que promovam o convívio democrático, dentro das instituições escolares. O trabalho voltado à promoção do protagonismo dos jovens (aqui compreendidos pelas pessoas, homens e mulheres, entre 15 e 24 anos de idade), visando à construção da cidadania, não pode estar dissociado da compreensão sobre os papéis que professores(as), direção da escola e outros atores e atrizes sociais desempenham no funcionamento da instituição, intimamente ligados às responsabilidades inerentes às obrigações sociais e profissionais de cada um. Assim, articular em tais propostas os princípios de igualdade entre as pessoas, reconhecendo que somos, ao mesmo tempo, diferentes, em deveres e responsabilidades, pode contribuir para a democratização real das relações humanas no interior das escolas.

Tais idéias ficarão mais evidenciadas a partir dos textos disponibilizados para este módulo de "Convivência Democrática". Propondo uma ampliação do papel dos jovens nos processos decisórios da escola e na resolução de seus conflitos cotidianos, buscar-se-á evidenciar o papel da responsabilidade individual e coletiva nas tomadas de decisão.

O primeiro texto traz a experiência das assembléias escolares como um caminho para a resolução de conflitos, envolvendo, em seus diferentes níveis, relações entre pares, entre pares e docentes, entre docentes e direção e outras formas mais. O vídeo, incorporado a este módulo para ser trabalhado nas reuniões do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania e em sala de aula, foi produzido pelo próprio Ministério da Educação, mostrando passo a passo como implantar as assembléias escolares nas escolas. E, ao invés de trazer um relato de experiência, decidiu-se, para este módulo, um outro tipo de perspectiva para a resolução democrática de conflitos: a mediação, apresentando uma proposta de trabalho com mediadores de conflitos para as escolas.

# Convivência Democrática

## Assembléias escolares e resolução de conflitos

Protagonismo juvenil

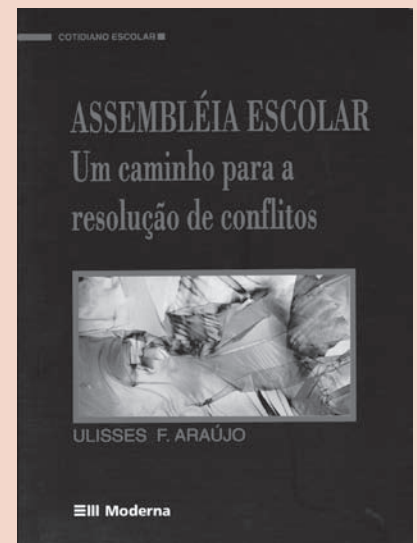
Concebendo os conflitos interpessoais como conteúdo essencial para a formação ética e moral das futuras gerações, no texto que se segue Ulisses F. Araújo os traz para o cenário educacional, sinalizando estratégias de resolução de conflitos como um caminho profícuo para promoção do protagonismo juvenil. O texto apresenta, na seqüência, o trabalho com as assembléias escolares como um espaço para resolução de conflitos. Tal espaço pressupõe: diálogo, participação, reflexão, crítica, negociação, compreensão, descoberta, etc., ou seja, elementos fundamentais para que o protagonismo se faça presente. Acreditamos que sua leitura e discussão podem contribuir para incrementar a participação coletiva em decisões e acordos participativos no contexto escolar.

ARAUJO, Ulisses F. *Assembléia escolar*: um caminho para a resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004. p.16-26.

## A resolução de conflitos

"Conflito: situação permanente de oposição, desacordo ou luta entre pessoas ou coisas. Uma situação em que não se pode fazer o que é necessário fazer. Momento de impasse, choque, colisão, questionamento, desacordo, diferença, discrepância, discussão, desgosto, encontro, disputa..." Buscando em dicionários, todos esses termos dão significado à palavra conflito.

Por razões que podemos atribuir à influência da tradição judaico-cristã no pensamento ocidental, que dicotomiza nossa maneira de compreender as relações humanas, tendemos a atribuir caráter negativo aos conflitos cotidianos, vistos como incompatíveis com o amor, o afeto e a harmonia que deveria reinar nas relações humanas. Por isso são reprimidos, subestimados , criticados, ignorados e, em geral, condenados.

O conflito é uma parte natural de nossas vidas e apenas isso já seria suficiente para considerá-lo um importante tema de estudo. De fato, todas as teorias interacionistas em filosofia, psicologia e educação estão alicerçadas no pressuposto de que nos constituímos e somos constituídos a partir da relação direta ou mediada com o outro, seja ele de natureza subjetiva ou objetiva. Nessa relação, deparamo-nos com as diferenças e as semelhanças que nos obrigam a comparar, descobrir, ressignificar, compreender, agir, buscar alternativas e refletir sobre nós mesmos e sobre os demais. O conflito torna-se, portanto, a matéria-prima para nossa constituição psíquica, cognitiva, afetiva, ideológica e social.

Os educadores conscientes de tal fato, em vez de condenar e reprimir, deveriam mudar a perspectiva de seus olhares e práticas e buscar compreender os conflitos como um conteúdo essencial para a formação psicológica e social dos seres humanos, e encarar o desafio de introduzir o trabalho sistematizado com conflitos no dia-a-dia das salas de aula. Em vez de assumirem posturas de eterna conciliação e anulação das diferenças de valores, interesses, preferências e gostos de seus alunos e alunas, posturas essas que geralmente têm como substrato a tentativa de homogeneização dos seres humanos, poderiam incorporar os conflitos cotidianos como o material de onde se produziriam textos, e se desenvolveriam projetos de pesquisa e se construiriam os momentos de diálogo na escola.

O que justifica tal preocupação? Como nos lembram no livro *Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade*, Genoveva Sastre e Montserrat Moreno: *Não fomos preparados para compartilhar nem para resolver com agilidade e de forma não-violenta os problemas que iam surgindo em nossas relações pessoais. Não desenvolvemos a sensibilidade necessária para saber interpretar a linguagem de nossos sentimentos. Nossa razão não foi exercitada na resolução de conflitos e tampouco dispúnhamos de um repertório de atitudes e comportamentos práticos que nos permitissem sair dignamente de uma situação. Em síntese, nossa formação nos tornou mais hábeis para lidar com o mundo físico do que com o social, aprendemos mais coisas do mundo exterior que de nossa própria intimidade, conhecemos mais os objetos que as pessoas do nosso convívio* (2002, p.19).

A escola que conhecemos tem seu grau de responsabilidade neste processo de formação que ignora a importância das relações interpessoais e dos conflitos para a formação integral dos seres humanos. Um currículo com base apenas no mundo externo e umas limitações espaço-temporais que justificam as dificuldades que se impõem ao trabalho com as relações humanas fazem com que os sistemas educativos não cumpram com um importante papel que lhes é atribuído pela sociedade: o da formação de cidadãos e cidadãs autônomos(as), que tenham as competências necessárias para lidar de modo ético com seus conflitos pessoais e sociais.
A educação com base em propostas de resolução de conflitos está cada vez mais difundida em todo o mundo, dentro de perspectivas que buscam melhorar o convívio social e criar alicerces para a construção de sociedades e culturas mais democráticas e sensíveis à ética nas relações humanas. De acordo com Schnitman (2000), no entanto, a maioria das experiências atuais se baseia em modelos tradicionais que utilizam arbitragens, mediações, negociações e terapias. Em geral, atuam sobre objetivos específicos e práticos e pautam-se em pressupostos dicotômicos de ganhar e perder nas resoluções.

Por sua vez, mostra essa autora, surgem novos paradigmas em resolução de conflitos, que, com base na comunicação e em práticas discursivas e simbólicas, promovem diálogos transformativos. Tais propostas não adotam o pressuposto de que em um conflito há sempre ganhadores e perdedores, e sim afirmam que é possível a construção do interesse comum, em que todos os envolvidos ganhem conjuntamente, com uma co-participação responsável. Elas permitem aumentar a compreensão, o respeito, e construir ações coordenadas que considerem as diferenças, as quais incrementam o diálogo e a participação coletiva em decisões e acordos participativos. Por fim, acreditam na importância do protagonismo das pessoas ao enfrentar os conflitos em suas vidas e entendem que tal processo deve enfocar não apenas emoções, intenções e crenças dos participantes, mas também domínios simbólicos, narrativos e dialógicos como o meio pelo qual se constroem e transformam significados e práticas, permitindo o aparecimento de identidades, mundos sociais e novas formas de relações.

Programas educativos que assumam a perspectiva de trabalhar os conflitos e os problemas humanos como um elemento essencial de sua organização curricular podem, de acordo com Sastre e Moreno: *Formar os(as) alunos(as), desenvolver sua personalidade, fazê-los(as) conscientes de suas ações e das conseqüências que acarretam, conseguir que aprendam a conhecer melhor a si mesmos(as) e às demais pessoas, fomentar a cooperação, a autoconfiança e a confiança em suas companheiras e seus companheiros, com base no conhecimento da forma de agir de cada pessoa, e a beneficiar-se das conseqüências que estes conhecimentos lhes proporcionam. A realização destes objetivos leva a formas de convivência mais satisfatórias e à melhoria da qualidade de vida das pessoas, qualidade de vida que não se baseia no consumo, e sim em gerir adequadamente os recursos mentais ... intelectuais e emocionais – para alcançar uma convivência humana muito mais satisfatória* (2002, p. 58).

O trabalho com assembléias escolares complementa a perspectiva que acabamos de discutir de novos paradigmas em resolução de conflitos, pois permite, em sua prática, partindo do conhecimento psicológico de si mesmo e das outras pessoas sobre o que é preciso para resolver os conflitos, chegar ao conhecimento dos valores e princípios éticos que devem fundamentar o coletivo da classe. Ao mesmo tempo, evidentemente, permite a construção psicológica, social, cultural e moral do próprio sujeito, em um movimento dialético em que o coletivo transforma e constitui cada um de nós, que transformamos e ajudamos na constituição dos espaços e das relações coletivas.

## As assembléias escolares

Nas páginas anteriores foram apresentados alguns pressupostos essenciais sob os quais podemos assentar as bases das assembléias escolares e sua relevância para a construção de importantes aspectos da vida coletiva e pessoal de cada um e de todos os seres humanos: a democracia escolar e social; o protagonismo e a participação social; os valores morais e éticos; o entendimento sobre como estratégias de resolução de conflitos podem contribuir para a formação ética e psíquica das pessoas, bem como para a transformação das relações interpessoais no âmbito escolar.

Mas o que são assembléias escolares? De acordo com Puig (2000), as assembléias são o momento institucional da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, tomar consciência de si mesmo e transformar tudo aquilo que os seus membros consideram oportuno. É um momento organizado para que alunos e alunas, professores e professoras possam falar das questões que lhes pareçam pertinentes para melhorar o trabalho e a convivência escolar.

Além de ser um espaço para a elaboração e reelaboração constante das regras que regulam a convivência escolar, as assembléias propiciam momentos para o diálogo, para a negociação e o encaminhamento de soluções dos conflitos cotidianos. Dessa maneira, contribuem para a construção de capacidades psicomorais essenciais ao processo de construção de valores e atitudes éticas.

Em uma outra perspectiva, com esse tipo de trabalho, professores têm também a oportunidade de conhecer melhor seus alunos e suas alunas em facetas que não são possíveis no dia-a-dia da sala de aula. Temas como disciplina e indisciplina deixam de ser obrigação somente da autoridade docente e passam a ser compartilhados por todo o grupo – classe, responsáveis pela elaboração das regras e pela cobrança de seu respeito. Enfim, o espaço das assembléias propicia uma mudança radical no modo como

as relações interpessoais são estabelecidas dentro da escola, as quais, se devidamente coordenadas com relações de respeito mútuo, permitem verdadeiramente a construção de um ambiente escolar dialógico e democrático.

Tais objetivos são possíveis de ser atingidos quando as assembléias são institucionalizadas nos centros educativos com periodicidades e espaços determinados para esse fim, permitindo que se dedique uma pequena parte do tempo que as pessoas passam na escola a encontros, durante os quais podem dialogar sobre os conflitos e as coisas positivas relacionadas ao seu convívio.

Diferentemente de outros modelos de resolução de conflitos, as assembléias não buscam mediá-los no pressuposto de que existe o certo e o errado e de que deve haver uma pessoa munida de autoridade institucional com responsabilidade para julgar e decidir os problemas, estabelecer recompensas e sanções ou mesmo obrigar as partes envolvidas a chegar a um consenso único. Essa concepção abre espaço, muitas vezes, para posturas arbitrárias, injustas e autoritárias, que promovem decisões a partir dos valores e das crenças de uma pessoa com autoridade legitimada pela sociedade.

O modelo das assembléias é o da democracia participativa, que tenta trazer para o espaço coletivo a reflexão sobre os fatos cotidianos, incentivando o protagonismo das pessoas e a co-participação do grupo na busca de encaminhamentos para os temas abordados, respeitando e naturalizando as diferenças inerentes aos valores, às crenças e aos desejos de todos os membros que delas participam. Com isso, nem sempre o objetivo é o de se obter consenso e acordo, e sim o de explicitar as diferenças, defender posturas e idéias muitas vezes opostas e, mesmo assim, levar as pessoas a conviverem num mesmo espaço coletivo.

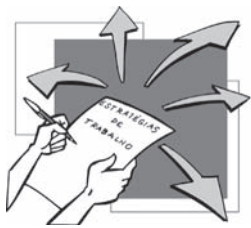
Dentre outras coisas, o que se tenta com essa forma de se trabalhar os conflitos é reconhecer e articular os princípios de igualdade e de eqüidade nas relações interpessoais nos espaços de convivência humana, o que nos remete à construção da democracia e da justiça. Como isso se opera? Em um espaço de assembléia, ao se dialogar sobre um conflito, é garantido a todos os membros que dela participam a igualdade de direitos de expressar seus pensamentos, desejos e modos de ação, ao mesmo tempo em que é garantido também a cada um de seus membros o direito à diferença de pensamentos, desejos e modos de ação.

Pelo diálogo, mediado na assembléia pelo grupo, as alternativas de solução ou de enfrentamento de um problema são compartilhadas, e as diferenças vão sendo explicitadas e trabalhadas pelo grupo regularmente, durante um longo processo e período.
Tudo isso contribui para que na constituição psíquica dos valores que as pessoas constroem ao participar de espaços coletivos de diálogo, sejam privilegiadas maneiras abertas de compreender o mundo e a complexidade dos fenômenos humanos, e não fechadas em certezas e verdades que assumem caminhos únicos e dogmáticos. Entendemos que pessoas com tais habilidades cognitivas, afetivas e sociais terão maior possibilidade de agir de modo ético no mundo, ao perceber com naturalidade as diferenças em nossos modos de agir e de pensar.

A escola e a sala de aula são um espaço privilegiado para que um trabalho de formação como esse se opere. Afinal, é o espaço público, hoje obrigatório, em que as pessoas têm de conviver durante boa parte de seu dia com valores, crenças, desejos, histórias, culturas diferentes. Em vez de tentar homogeneizá-las e eliminar as diferenças e os conflitos, podemos usar a instituição escolar para promover o desenvolvimento das capacidades

dialógicas e dos valores de não-violência, respeito, justiça, democracia, solidariedade e muitos outros. Mais importante ainda: não de maneira teórica e sim na prática cotidiana, a partir dos conflitos diários.

## Referências


PUIG, Josep e outros. *Democracia e participação escolar.* São Paulo: Moderna, 2000.
SASTRE, G & MORENO, M. *Resolução de conflitos e aprendizagem emocional:* gênero e transversalidade. São Paulo: Moderna, 2002.
SCHNITMAN, D. (Org.). *Novos paradigmas na resolução de conflitos.* Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

# Sugestões de estratégias de trabalho

No caso específico deste texto, não apresentamos propostas concretas de atividades. Isso será feito após o grupo assistir ao vídeo *Assembléias escolares*, que será apresentado a seguir.

Convivência Democrática

Assembléias escolares

# Protagonismo juvenil

É lugar-comum a queixa de professores(as) e alunos(as) acerca dos problemas crescentes que envolvem o não cumprimento de regras, a ausência de formas de mediação de conflitos e o desinteresse generalizado pela participação, seja na vida escolar ou pública. O documentário mostra uma versão contemporânea de uma prática que já tem mais de 80 anos: a discussão entre educadores(as) e alunos(as) sobre as normas que devem conduzir a convivência escolar. Não se trata de uma panacéia capaz de resolver, em um passe de mágica, os inconvenientes disciplinares da escola. É, antes, um recurso educativo que visa a formar discentes comprometidos com a solução de contratempos, capazes de debater abertamente o que lhes agrada ou desagrada e comprometer-se com as medidas propostas.

A apresentação do vídeo *Assembléias escolares*, que está disponibilizado no Portal, pode levar o grupo a promover reflexões e apontar caminhos pedagógicos para a construção de relações interpessoais democráticas no convívio escolar, pautadas no diálogo e na resolução pacífica de conflitos.

Os depoimentos de professores(as) e alunos(as), contidos no vídeo, parecem cumprir uma dupla função: por um lado, sensibilizar e encorajar os educadores para a implantação das assembléias escolares; e, por outro lado, sinalizar para os cuidados a serem tomados em um trabalho dessa natureza. Dando visibilidade, também, às diferenças existentes entre a escola pública e a particular, o vídeo parece-nos um material significativo para a construção de ações que tenham como pressupostos a democracia escolar e o protagonismo social.

Veja, a seguir, as informações técnicas desse vídeo, bem como sugestões de atividades para serem desenvolvidas na sala de aula:

**Assembléias escolares**

**Gênero:** Documentário
**Diretor:** Roberto Machado
**Ano:** 2005
**Duração:** 33 min

**Cor:** Colorido

**País:** Brasil.

**Site onde o filme pode ser encontrado:**

*www.mec.gov.br/seb*

# Sugestões de estratégias de trabalho

Após assistir ao vídeo "Assembléias escolares", sugerimos que os membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania proponham que a dinâmica de democratização das relações escolares sejam implementadas nas salas de aula da escola. Caso haja concordância do grupo, podem-se criar condições para que os docentes assistam ao vídeo com vista à compreensão dos detalhes de implantação e funcionamento de uma assembléia de classe.

Vejam, a seguir, sugestões de procedimentos para a implementação de assembléias de classe.

**Nas salas de aula:**

Existe uma série de procedimentos que aumentam a probabilidade de que as assembléias cumpram seus objetivos. O primeiro deles refere-se à preparação das assembléias e à composição da pauta de temas que serão abordados.

A pauta é construída coletivamente, durante a semana que antecede à assembléia. No caso das assembléias de classe, a sugestão é que tenham periodicidade semanal. Assim, após uma assembléia, já se começa a preparação da próxima.

Quanto aos temas que comporão as pautas, devem ser relacionados, apenas, a temáticas envolvendo "convívio escolar" e "relações interpessoais". Em convívio escolar incluímos aquelas temáticas que afetam o coletivo da classe ou da escola. Assim, nesse eixo de conteúdos, por exemplo, incluímos a limpeza dos espaços coletivos, as ações que tumultuam o bom andamento das atividades, o papel dos prestadores de serviço e a organização dos espaços e tempos. Em relações interpessoais fazemos referência àquelas temáticas que afetam pessoalmente os membros da instituição nas relações que mantêm entre si. Assim, as brigas entre colegas, as perseguições por motivo acadêmico ou pessoal, as relações autoritárias, o assédio psíquico e moral e as chantagens são alguns exemplos de temas que merecem ser tratados nas assembléias.

Como elas são organizadas? Inicia-se o processo através da colocação de uma cartolina, em lugar visível para todos os participantes, com uma divisão que separe os conteúdos em dois blocos: CRÍTICAS e FELICITAÇÕES.

Estando afixada em local visível, as pessoas vão escrevendo as críticas e sugestões em relação ao que querem debater durante a assembléia. A cartolina deve permanecer na parede da sala, durante toda a semana.

Nesse processo de construção coletiva da pauta existem alguns aspectos que precisam ser observados: o primeiro é o anonimato; o segundo é a forma e o conteúdo da escrita.

É importante que, nas pautas, as pessoas, ao anotarem algum tema, não se identifiquem. Poderão fazê-lo no momento da assembléia, mas na escrita é melhor que a pauta não reflita uma personalização, pois tal fato pode interferir, negativamente, na sua construção. As temáticas podem passar a refletir desejos e críticas pessoais que desviam o objetivo de discutir princípios, e muitas vezes as pautas tornam-se canal de "recados" entre pessoas, desvirtuando-a.

Um dos princípios mais caros à boa organização das assembléias consiste na forma como os conteúdos são anotados na pauta. Eles, necessariamente, devem ser impessoais, referindo-se a temas e não a pessoas concretas.

O objetivo de uma assembléia é discutir princípios, atitudes, e daí construir as regras de regulação coletiva e propostas de resolução dos problemas. Discutem-se as brigas na escola, a sujeira da classe, o assédio moral ou sexual, o fato de as aulas estarem sendo prejudicadas por determinados comportamentos; e não quem está cometendo tais faltas. Isso porque as regras não podem, jamais, ser personalizadas. Não podem ser feitas para uma pessoa ou um pequeno grupo. Elas têm de ser coletivas.

Por fim, surge uma questão importante. A pauta que será levada à assembléia segue a seqüência de temas apontados na cartolina? A resposta é negativa, pois não necessariamente a ordem em que foram escritas reflete sua importância. E, também, muitas vezes aparecem temas repetidos ou semelhantes que precisam ser agrupados para que as assembléias possam ser operacionalizadas no tempo disponível para sua realização. Assim, é necessário haver uma reunião prévia para a organização da pauta definitiva, aquela que será levada à assembléia. Dessa reunião, podem participar um docente e dois estudantes.

O processo de organização da pauta precisa levar em consideração alguns aspectos. O primeiro deles é o estabelecimento de uma hierarquia nas temáticas; o segundo consiste em agrupar temas semelhantes; e o terceiro aspecto é a garantia de que todos os temas propostos estejam presentes na pauta definitiva.

Não podemos colocar em um mesmo nível um tema de violência e um que critica o fato de os livros da classe estarem sempre fora do lugar. É preciso estabelecer uma hierarquia dos assuntos a serem discutidos, inclusive porque aqueles mais sérios e complicados precisam ser os primeiros a serem discutidos já que necessitam de mais tempo. Assim, independente da seqüência em que foram escritos na cartolina, o grupo encarregado de organizar a pauta deve estabelecer uma hierarquia para a discussão, colocando-os em ordem de importância.

Nessa organização cabe um grande grau de subjetividade, claro, mas o bom senso ajuda em seu estabelecimento. Em geral, utiliza-se como referência o fato de que os assuntos de violência (de todos os níveis) devem ser priorizados, depois as temáticas mais coletivas, tanto de convívio quanto de relações interpessoais, e por fim, os temas mais isolados, que afetam menos pessoas ou que não são pertinentes ao espaço das assembléias.

O segundo aspecto a ser considerado, quando se organiza a pauta, é que muitos temas são iguais ou semelhantes e não há necessidade de repeti-los na pauta definitiva. Podem ser agrupados. Por exemplo, críticas "a alunos que atrapalham a aula" e "a alunas que batucam na carteira durante as aulas", podem ser agrupadas em um mesmo item: "estudantes que perturbam as aulas". Em um outro exemplo de assembléia de escola, críticas "a pessoas que ameaçam bater nos colegas na hora do recreio" e "a alunos que ficam humilhando os outros no recreio", podem ser discutidas como "a violência durante o recreio". Com isso, diminui-se o tamanho da pauta, a quantidade de regras a serem estabelecidas, e há mais tempo disponível para as discussões de cada item.

Por fim, o terceiro aspecto de organização da pauta refere-se à necessidade de respeitar todos os itens apontados na cartolina. Se um(a) estudante propuser um tema na cartolina e sentir que sua proposta não foi contemplada na pauta definitiva, a tendência é que ele não legitime o espaço da assembléia. Se tal fato for uma constante, em poucas semanas se notará a diminuição dos temas escritos na cartolina, ou a apatia dos estudantes durante a assembléia.

A discussão de cada tema da pauta pode ser dividida em três momentos distintos. O primeiro momento é aquele de aproximação e de esclarecimentos sobre o tema. Inicia-se com o coordenador perguntando se a pessoa que colocou o tema na pauta gostaria de manifestar-se, garantindo o direito de palavra a todos.

Encerrada a discussão de cada tema da pauta, quando for pertinente, o grupo deve construir coletivamente a regra que regulará os conflitos inerentes ao tema. Assim, o

coordenador da assembléia abre o espaço para que os participantes sugiram regras para o coletivo envolvido.

Após construírem as regras, o(a) coordenador(a) da assembléia pede às pessoas que apresentem propostas para que o problema não volte a se repetir, ou então, que auxiliem o grupo e os colegas a se conscientizarem das conseqüências do conflito e a cumprir as normas acordadas.

De maneira semelhante, como mostrado no vídeo *Assembléias escolares*, a escola pode criar as assembléias de escola. A responsabilidade da *assembléia de escola* é regular e regulamentar as relações interpessoais e a convivência no âmbito dos espaços coletivos. Contando com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, busca discutir assuntos relativos a horários (chegada, saída, recreio) espaço físico (limpeza, organização), alimentação e relações interpessoais. De seu temário devem constar aqueles assuntos que extrapolam o âmbito de cada classe específica.

Com essas sugestões de implantação das assembléias de classe e de escola, acreditamos que docentes e estudantes terão condições de iniciar processos de diálogo e construção coletiva de regras de convívio mais democráticas. Essa perspectiva das assembléias deve permitir a participação democrática dos estudantes nos processos de regulação e de tomada de decisões, ajudando-os a exercer o protagonismo social que se espera dos jovens na sociedade contemporânea, levando-os a construírem uma identidade pautada na democracia e na cidadania.

# Convivência Democrática

Mediação escolar

# Protagonismo juvenil

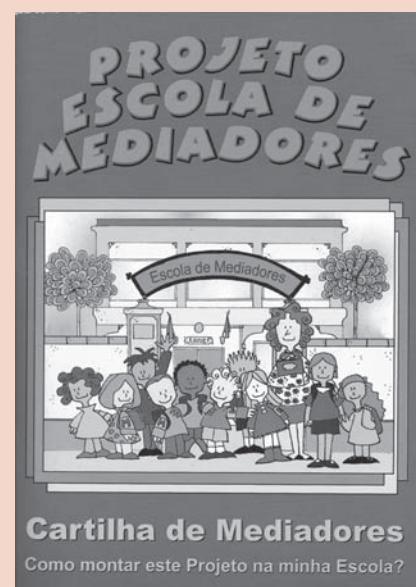
O relato que vamos apresentar traz uma proposta que tem como principal objetivo implantar a cultura de paz no ambiente escolar. Valendo-se do conceito de mediação na resolução de conflitos, analisa, cuidadosamente, vários de seus aspectos: origem, aplicabilidade, características, qualidades do mediador, seu processo no Brasil, etc. Desenvolvida em duas escolas do município do Rio de Janeiro, acreditamos que a referida experiência possa aportar elementos que nos ajudem: a nos relacionar, a compartilhar os problemas que surgem de nossa convivência diária e a elaborar soluções conjuntas. Em última instância, que nos ajudem a erradicar as condutas violentas e agressivas, nas instituições escolares e na sociedade.

*Cartilha de Mediadores*: Como montar este Projeto na minha Escola? Projeto Escola de Mediadores. Viva Rio, Instituto NOOS, Mediare, 2002.

## Apresentação

O Projeto Escola de Mediadores é uma proposta de construção de uma cultura de paz no ambiente escolar — tradicional formador de opiniões e senso crítico nos jovens — numa tentativa de se reverter o quadro da violência crescente. Com ele, busca-se também alcançar uma reflexão sobre o mundo que nos cerca.

Segundo os princípios da mediação, os conflitos podem ser resolvidos através do diálogo, evitando soluções baseadas na agressão física e/ou verbal. A idéia principal do projeto é estimular uma atmosfera pacífica nas escolas, a partir de criação do hábito de diálogo e resolução de conflitos por meio de soluções apresentadas pelos próprios envolvidos e, portanto, principais interessados em resolvê-los. Pretende-se aqui evitar que problemas pequenos, comuns ao cotidiano de todos, cresçam e se desdobrem em desfechos graves ou mesmo trágicos.

Cremos que a escola seja um ambiente privilegiado para aplicar a filosofia da mediação, visto que atua na formação de cidadãos e, ao valorizar a capacidade de autoria dos jovens estudantes, de uma sociedade mais justa e solidária.

A experiência, ora apresentada, foi desenvolvida em duas escolas do município do Rio de Janeiro, uma na Zona Norte e outra na Zona Sul da cidade. Desse modo, foi possível vivenciar diferentes situações, visto que o universo das duas escolas era — e continua a ser — bem diferente entre si. Nesse trabalho, capacitamos 35 jovens mediadores, que já começam a fazer diferença.

Um dos objetivos do programa Escola de Mediadores é transmitir habilidades necessárias aos jovens para negociar os conflitos inevitáveis que ocorrerão nos diversos contextos de suas vidas de forma mais colaborativa, propiciando uma mudança de postura frente às controvérsias.

Os benefícios de um Programa de Prevenção/Manejo/Resolução de Conflitos incluem:

1. contribuição para uma convivência escolar mais saudável;
2. intensificação do desenvolvimento social e emocional;
3. incremento das relações intra e intergrupais;
4. melhoria no desempenho acadêmico e
5. construção de cidadania e enfrentamento da violência escolar.

Nesta cartilha você terá acesso a algumas informações básicas sobre a mediação, bem como a sugestão de procedimentos para a aplicação deste projeto em sua escola.

## O que é mediação?

Mediação, juntamente com a arbitragem e a conciliação, é uma forma alternativa de resolução de conflitos em que os próprios envolvidos chegam a uma solução para suas demandas. O papel do mediador nesse contexto é facilitar o diálogo entre eles, proporcionando condições favoráveis para chegarem a um consenso.

A mediação é definida como "um processo não adversarial, confidencial e voluntário, no qual um terceiro imparcial facilita a negociação entre duas ou mais partes, onde um acordo mutuamente aceitável poderá ser um dos desenlaces possíveis"[1].

É dessa definição que se extrai toda a base deste projeto. Apesar dos conflitos serem parte da vida, é freqüente associá-los a algo negativo. Se lidarmos de forma mais positiva e construtiva com as diferenças, podemos construir uma visão mais otimista a respeito dos conflitos.

## Em que situação se aplica a mediação?

A princípio, todo e qualquer conflito é passível de ser mediado, desde que o mediador tenha condições para fazê-lo.

Isso quer dizer que sua aplicabilidade abrange todo e qualquer contexto de convivência capaz de produzir conflitos: impasses políticos e éticos, nacionais ou internacionais, questões trabalhistas e comerciais. Empresas, famílias, comunidades e instituições podem se beneficiar da mediação como recurso, desde que criem ambiente para isso.

Vivemos em um contexto cultural que utiliza, primordialmente, duas classes de diálogo na resolução de conflitos: a negociação e o litígio. Entre esses dois pólos situam-se a

conciliação, a mediação e a arbitragem — meios alternativos de resolução de disputas que são cada vez mais utilizados.

A vantagem da mediação sobre os outros métodos alternativos é que se chega pacificamente a um acordo que satisfaz todas as partes envolvidas no conflito, uma vez que foi alcançado pelos próprios interessados em resolver a questão.

## De onde surgiu a idéia da mediação?

Desde a Antigüidade, utiliza-se um terceiro para auxiliar na resolução de disputas. No entanto, a difusão e expansão da mediação como método formal de resolução de controvérsias ocorreu a partir de meados da década de 1960, nos Estados Unidos. Questões de discriminação sexual e étnica são cada vez mais objetos de mediações realizadas por diversos organismos oficiais, comissões de direitos civis e organismos privados.

## E no Brasil, como está a mediação?

O Brasil ainda não dispõe de uma legislação específica que regule a mediação, o que faz com que seu desenvolvimento ocorra de forma gradativa e espontânea. É, de fato, indispensável a criação de instrumentos que viabilizem a instalação de um sistema pacífico de resolução de conflitos. Existem projetos de lei tramitando no Congresso a esse respeito.

Há também um grande número de instituições de mediação preocupadas com a ética e com a formação do mediador, distribuídas pelo território nacional.

## Em que consiste a figura do mediador?

O mediador é um profissional imparcial que facilita a comunicação entre as pessoas, com o objetivo de ampliar as alternativas para a resolução dos impasses, de modo a reduzir o conflito a níveis administráveis e construir acordos mutuamente aceitáveis. Ele é um *facilitador* e não um interventor da tomada de decisão; as partes envolvidas são autoras da solução do conflito, e as relações são transformadas em vínculos de solidariedade.

## Quais são as qualidades de um mediador?

São três as características principais do mediador: integridade absoluta, imparcialidade constante e competência técnica em comunicação e no processo de mediação[2].

O mediador deve ser imparcial, não devendo expressar sua opinião sobre o conflito. Deve deixar que as partes cheguem às suas soluções. Contudo, ele deve ter a capacidade de comandar todo o processo, cuidando para que as relações se dêem com base no respeito mútuo. O mediador precisa se sentir apto a desenvolver a mediação, caso contrário, deve se declarar impossibilitado de realizá-la.

## O que é o Projeto Escola de Mediadores?

A idéia principal do projeto é estabelecer nas escolas, palco de diversos tipos de conflitos, um canal de diálogo, em que o outro seja visto como colega na construção de um mundo

melhor, e não como um adversário. Defendemos a idéia do protagonismo juvenil, ou seja, é o jovem que está envolvido numa situação de conflito que irá chegar, junto com a outra parte, a uma resposta para o problema.

O que pretendemos com a Escola de Mediadores é preparar jovens para aplicar esta proposta de paz. O objetivo do projeto é capacitá-los em mediação, tornando-os aptos a responder às demandas que apareçam em suas escolas. Queremos fornecer aos jovens mediadores ferramentas para que auxiliem na busca por uma solução particular para cada caso, sempre respeitando a autoria dos envolvidos nos conflitos; e não idéias prontas para sanar este ou aquele problema.

## Qualquer escola pode implementar o projeto?

É recomendável iniciar o trabalho em escolas do ensino fundamental, pois os jovens nessa etapa da vida estão habitualmente abertos à assimilação de atitudes e comportamentos. Daí a importância de colocá-los, o quanto antes, em sintonia com os valores de uma cultura solidária.

Além disso, os mediadores capacitados terão um tempo mais longo de atuação na escola. Nada impede, porém, que a iniciativa se estenda a escolas do nível médio, de ensino profissionalizante e de educação de adultos.

## Como eu posso aplicar a mediação na minha escola?

O objetivo desta cartilha é sugerir uma seqüência de atividades que, ao serem realizadas pelos membros da própria escola, podem introduzir o tema da ***Mediação*** no ambiente escolar. A proposta de ação é simples de ser implementada, contudo recomendamos seguir algumas "dicas" para atingir os objetivos. Como vimos, qualquer escola pode aplicar este projeto, bastando adaptá-lo a sua realidade social e estrutural. Mas, vamos a elas:

A primeira etapa do projeto é perceber se há interesse real de um ou mais segmentos da comunidade escolar em adotar a proposta — em particular da direção, mas também dos professores, alunos, pais, funcionários. Qualquer um dos interessados pode propor a aplicação do projeto, é imprescindível, porém, que a direção da escola esteja ciente e colabore com a realização desta ação, pois, em geral, ela deve estar junto com a equipe de execução do projeto.

Havendo o interesse na realização da idéia, a próxima etapa é constituir uma ***Equipe de Apoio*** que coordene o projeto. Essa equipe será responsável pela elaboração e planejamento das etapas, desde a implementação até a finalização dos trabalhos. Qualquer dúvida ou sugestão relacionada ao projeto será dirigida a esse grupo, que terá competência para resolvê-las.

## O que fazer para montar esta equipe de apoio? Quem deve participar?

A sugestão é que diferentes setores da escola façam parte desse grupo, ou seja, alunos, professores, funcionários, diretores e pais podem e devem participar. Quanto mais representação, mais forte e atuante será o grupo e, conseqüentemente, maior o alcance do projeto. O grupo deve ser formado por pessoas voluntárias, interessadas em refletir e partilhar deste tema. Não há limites pré-estabelecidos em relação ao número de participantes.

O grupo terá como atribuições:

1. acompanhamento dos primeiros passos do projeto;
2. a capacitação dos jovens e definição de seus limites de ação;
3. monitorar e apoiar os trabalhos, quando necessário.

Recomendamos que a cada ano seja renovada a equipe participante desse grupo, seguindo o critério de motivação pessoal e compromisso com o projeto.

Nas escolas do projeto-piloto, realizamos reuniões semanais da Equipe de Apoio. Achamos ser essa a melhor forma de trabalhar, pois assim é possível avaliar o projeto constantemente, incrementando o que for bom e alterando o que foi malsucedido.

É importante lembrar que os componentes da Equipe de Apoio não devem atuar na prática da mediação para que a imparcialidade não seja comprometida.

## O que é necessário fazer após a constituição da equipe de apoio?

Com a equipe já definida, sugerimos a seguinte seqüência de atividades:

1. levantamento de dados
2. planejamento de ação
3. sensibilização
4. seleção de alunos mediadores
5. aulas de capacitação
6. prática da mediação
7. monitoramento e
8. avaliação.

São fases que devem ser executadas de maneira criteriosa, objetivando o adequado andamento do projeto.

## Para que serve o levantamento de dados?

A partir do levantamento de dados é que se conhecem os conflitos mais comuns da escola, suas características e diferenciais. Essa etapa funciona como um reconhecimento de campo, a sondagem do local em que se pretende trabalhar.

Algumas das informações que devem ser levantadas nessa fase são: tamanho da escola — número de alunos, professores, funcionários, turnos de aulas, etc.; perfil da escola — região em que está inserida, idade dos alunos, formação dos professores e dos pais dos alunos, etc.; principais conflitos da escola — quais são, como ocorrem, principais envolvidos, etc.

A participação da Equipe de Apoio nessa etapa é fundamental. Como o grupo é formado por diferentes segmentos, a troca de experiências e informações possibilitará a realização de um perfil mais acurado do ambiente escolar, extraído do próprio grupo.

Caso a equipe julgue necessário, pode ser aplicado à comunidade escolar um questionário, de modo a obter uma visão mais ampla sobre conflitos, elaborado com base nas opiniões previamente discutidas por todos do grupo.

Em nossa experiência, aplicamos esses questionários de forma aleatória a todos os setores da escola. Uma resposta em torno de 5 (cinco) a 10 (dez)% do total é o suficiente para se traçar a realidade (caracterização) do cotidiano das escolas.

## Como faço o planejamento?

Tendo um grupo responsável constituído e um levantamento de dados bem desenvolvido, essa etapa se torna muito fácil: o que se pretende é elaborar um cronograma do projeto, suas etapas, identificando metas e temas a serem abordados.

Primeiramente, devem-se antecipar todas as atividades que envolvem cada etapa de execução do projeto, definindo seus responsáveis, destacando o que será necessário para viabilizá-las e adotando providências para minimizar os imprevistos (sempre possíveis de acontecer em um trabalho interativo). Depois, é hora de selecionar ou elaborar o material que será utilizado nas apostilas, leituras de apoio, dinâmicas, oficinas, palestras, etc. Caso julgue importante, pessoas que não fazem parte da escola podem ser convidadas para apresentarem os temas acima citados. Se esse for o procedimento, é interessante que os palestrantes sejam conhecedores dos temas sobre os quais falarão e que não tenham um discurso cansativo, o que acabaria por afastar os alunos.

Feito isso, é hora de sensibilizar a escola para receber o projeto!

## O que é sensibilização? Como a realizo?

Sensibilização é a etapa do projeto que se destina a mobilizar a escola em torno da proposta a ser desenvolvida. Seu objetivo fundamental é criar um ambiente propício à realização dos trabalhos, de modo a fazer com que a escola absorva a idéia da mediação, transformando o dia-a-dia de cada um.

O projeto não visa somente a capacitar os alunos como mediadores. Acima disso, o objetivo é introduzir no ambiente escolar a idéia de alternativas não violentas de resolução de conflitos. Assim, a sensibilização não deve dirigir-se apenas aos alunos. Todos os integrantes da escola: dirigentes, pessoal de apoio técnico e administrativo, professores, pais de alunos, sem se esquecer da comunidade na qual está inserida a escola, em outras palavras, todos devem ser incluídos nesse processo.

Em nossa experiência, a sensibilização foi feita através de palestras a toda a comunidade escolar, sem, entretanto, agrupar os diferentes setores da escola. Foram realizadas palestras separadas aos pais, alunos, professores e demais funcionários da escola. A divulgação para os eventos se deu por meio de cartazes e comunicados feitos pelos professores em sala de aula e de cartas dirigidas aos pais. Os professores foram informados pela direção.

Sugerimos que sejam abordados os seguintes temas:

1. direitos humanos;
2. a violência na atualidade e nas escolas em particular;
3. como lidar com conflitos e
4. mediação – conceitos e prática.

Parte desses temas são discutidos no Manual de Referência ao Mediador — em anexo — que pode ser utilizado como apoio nesse momento. De acordo com o desejo da escola,

pode ser preparada uma semana alusiva aos Direitos Humanos, na qual as palestras entrariam como parte da programação.

## Qualquer aluno pode participar do projeto? Como selecionar?

A princípio, não há qualquer restrição relacionada a este ou aquele aluno. Todos podem participar, basta que demonstrem interesse para isso. No entanto, não custa lembrar que você estará lidando com temas controversos tais como: conflitos, violência, dentre outros sentimentos ligados a situações de disputas. Desse modo, recomendamos contar com alunos que demonstrem ter facilidade em comunicação, liderança e capacidade de observação, além de saber ouvir, ser paciente e imparcial.

A partir da experiência adquirida no projeto piloto e de estudos de outros grupos voltados para a mediação escolar, optamos por trabalhar com alunos de 6ª (sexta) e 7ª (sétima) séries, pois demonstram já ter capacidade de compreender os temas abordados. Outro ponto que pesou na escolha dos alunos dessas séries foi o fato de que eles ainda permanecerão, ao menos teoricamente, nas escolas por mais alguns anos, possibilitando assim a multiplicação do que aprenderam.

Após a etapa de sensibilização, espera-se que apareçam vários interessados em participar do projeto. A função dos responsáveis será, então, a de preencher o número de vagas disponíveis (esse número deve estar acertado desde a etapa do planejamento). ***É importante que haja uma ficha de identificação de cada aluno que irá participar do projeto***.

Caso o número de interessados seja maior que o de vagas disponíveis, restarão aos responsáveis duas hipóteses: inscreverem os alunos por ordem de chegada, ou seja, quando acabarem as vagas ninguém mais pode se inscrever; ou, ainda, estabelecerem uma eleição entre os alunos interessados, na qual os mais votados participariam do processo de mediação.

Um outro cuidado que deverá ser tomado pela equipe responsável pelo projeto será o de enviar cartas aos pais informando sobre a escolha do filho. Se possível, pedir que os pais assinem uma autorização.

Aconselhamos também que o grupo responsável ***procure criar algum tipo de identificação dos jovens mediadores***. É muito importante que eles sejam facilmente reconhecidos por todos na escola, de modo a criar confiança e legitimidade dos mediadores perante a escola.

## Como são preparadas as aulas de capacitação?

Vamos por etapas. Antes de explicar como são feitas as aulas de capacitação, deixe-nos falar sobre o que são elas.

Capacitação é o momento em que os alunos irão receber conhecimentos para que possam aplicar a mediação. Além da capacitação teórica, também são ministradas oficinas que orientam a prática da mediação.

O curso de capacitação prioriza os exercícios que proporcionem vivências dos aspectos fundamentais da prática da mediação aos alunos, tais como a escuta ativa, saber se colocar no lugar do outro, cuidado com as próprias palavras e trabalho de duplas. Todo esse conteúdo pode – e achamos que deve – estar compilado numa apostila, que será

trabalhada segundo a proposta do projeto e adaptada à realidade de cada escola. Também aconselhamos a utilização de textos de apoio que auxiliem os alunos a compreenderem a mediação e saibam como enquadrá-la no contexto em que vivem.

Conforme nossa experiência, sugerimos a divisão do curso em ***dez blocos de aulas de 2 horas cada*** ministradas por dupla de monitores, e turmas com até 20 (vinte) alunos. A dupla de monitores é interessante, pois já acostuma os alunos ao trabalho em parceria, modelo adotado freqüentemente pela mediação.

Achamos que esse formato possibilita um melhor aproveitamento da capacitação por parte dos jovens.

## Somente os alunos serão capacitados em mediação? O que fazer se em minha escola outras pessoas se interessarem?

As informações sobre o processo de mediação não são exclusivas aos alunos. Como já foi dito anteriormente, para que o recurso da mediação seja de fato utilizado por todos que compõem o ambiente escolar, é necessários que o maior número possível de pessoas esteja sensibilizado para a construção dessa nova cultura. Não basta que elas saibam que a mediação existe. É indispensável que tomem conhecimento sobre como o processo se constitui e de como pode ser utilizado.

Este projeto destina-se à formação de estudantes mediadores de conflitos. Desse modo, a capacitação deve se restringir aos alunos das escolas. Entretanto, no caso de aparecerem outras pessoas interessadas em participar do projeto e obterem mais informações, a equipe pode estar preparada para lhes dar respostas.

Uma boa idéia a ser adotada para atender a essas demandas é preparar um material com informações sobre mediação e o projeto, uma espécie de *folder* informativo. Esse material deve ser de fácil leitura, a ponto de uma pessoa que não conheça nada sobre mediação possa ter noções sobre como funciona o processo.

## Quando deve começar a prática de mediação? Como deve ser feita?

O melhor momento para o início da prática é logo após a finalização da etapa de capacitação, quando os alunos estarão aptos a enfrentar situações reais.

Primeiramente, é necessário que a escola tome conhecimento que existem alunos habilitados a mediar, por meio de cartazes ou outras formas próprias da escola. Outra forma de divulgação eficiente é feita pelos próprios alunos capacitados, que passam em cada sala de aula se apresentando e explicando o trabalho que irão desenvolver.

É importante perceber que os alunos passam a utilizar a metodologia nas situações de conflito do dia-a-dia, de forma original e espontânea, sem se prenderem ao formato desenvolvido no curso de capacitação, mas sempre de acordo com os princípios da mediação. Isso demonstra que uma das idéias principais do projeto — a de que os conflitos fazem parte do cotidiano e que podem ser tratados de forma positiva, com respeito e naturalidade — foi absorvida pelos alunos e adaptada ao seu meio.

Aconselhamos que sejam montados horários para que as sessões de mediação ocorram. Acreditamos ser importante que haja duplas de mediadores disponíveis nos diferentes

turnos. Nessa fase, a direção da escola deve trabalhar junto à Equipe de Apoio e aos alunos capacitados de modo a verificar disponibilidades e implementar uma agenda de mediadores que satisfaça às necessidades de cada segmento. Será muito mais fácil criar o hábito da mediação na escola se todos que pretendem utilizá-la encontrarem duplas aptas a mediar em seus horários disponíveis.

Sugerimos ainda que todas as sessões de mediações sejam registradas em um caderno, onde ficará anotado o nome da dupla responsável pela mediação, a data da sessão e o nome das partes envolvidas. Essa medida visa a facilitar o trabalho de monitoramento, que será feito pela equipe responsável pelo projeto. Entretanto, não custa lembrar que qualquer informação relativa ao conflito ou aos fatos relatados nas sessões de mediação deve ser mantida em sigilo; seja pelos mediadores ou pela equipe de apoio.

## Onde a equipe de apoio deve se reunir? Como devem ser registrados os encontros e as decisões dessa equipe?

Aconselhamos que desde o início seja estabelecido um local para as reuniões. No projeto-piloto, as reuniões foram realizadas fora do ambiente escolar. Contudo, não vemos problemas — e até estimulamos — que esse espaço para reflexão seja dentro da própria escola.

Aconselhamos que sejam criadas pautas de discussões para cada reunião, cujo teor deve ser uma análise do período anterior ao encontro e planejamento para as atividades seguintes. A equipe deve providenciar uma ata, onde ficarão registrados todos os participantes da reunião, bem como as decisões tomadas.

## Como é feito o monitoramento?

O monitoramento ocorre junto com a prática da mediação. Constitui-se, basicamente, de um acompanhamento das mediações que forem realizadas.

Deve ser feito pela equipe responsável pelo projeto. No trabalho que realizamos, o monitoramento ocorria quinzenalmente. Este prazo pode ser aumentado ou diminuído de acordo com a necessidade de cada escola. Aconselhamos que seja feito por dois ou três monitores, que ficarão encarregados de levarem suas conclusões para o restante da equipe, para que essa tome conhecimento sobre as mediações realizadas e andamento do projeto.

Essa etapa também pode ser utilizada como um espaço de aprimoramento das técnicas de mediação e produção de material de informação. Os alunos teriam a oportunidade de tirar dúvidas sobre procedimentos adotados e/ou simular sessões para que se sintam mais confiantes.

## Como deve ser feita a avaliação?

Esta é uma das etapas mais importantes de todo o projeto. É o momento em que tudo o que foi feito será apreciado. Nada deve ficar de fora: erros, acertos, desencontros, dificuldades. Tudo precisa ser avaliado, discutido.

Em outras palavras, nessa etapa, as idéias e as atividades planejadas – e executadas – são resgatadas, confere-se o que de fato pôde ou não ser realizado, identifica-se os motivos que levaram a diferenças entre o planejado e o executado. Aproveita-se também para

corrigir possíveis falhas que ocorram no curso do projeto e que possam dificultar uma futura continuidade.

Utilizamo-nos de quatro diferentes formas de realizar a avaliação do projeto: avaliação com a equipe, avaliação com os alunos capacitados, avaliação com a escola, além da realização de um fórum reflexivo. Todas as etapas foram muito importantes e uma complementava as demais, no sentido de que cada uma se destinava a um segmento da comunidade escolar.

A ***avaliação com a equipe*** deve ocorrer desde o princípio do planejamento, de modo que não se perca o controle sobre as atividades executadas em cada etapa, podendo fazer, de pronto, modificações que julguem necessárias no momento em que se percebem falhas.

Essa avaliação é algo informal. Pode ser realizada semanalmente, durante os encontros da equipe. É interessante que cada encontro seja aberto com uma avaliação da semana que passou.
Ao final dos trabalhos, é de extrema importância que a equipe se reúna para analisar o projeto como um todo. Devem-se separar dois ou três dias para que todos se encontrem e debatam sobre suas experiências, os erros e acertos. É aconselhável que, ao final, seja feito um relatório único e abrangente, de acordo com as conclusões da equipe.

A ***avaliação com os alunos capacitados*** deve ser feita ao final do período proposto para o projeto. Os alunos deverão se pronunciar sobre todas as atividades realizadas ao longo do projeto, tanto em relação ao conteúdo quanto sobre o formato do curso — aulas, dinâmicas, dramatizações, mediações reais, etc. Aconselhamos que seja separada uma tarde para que essa atividade seja realizada.

É importante lembrar que os alunos não devem se sentir obrigados a realizarem a avaliação. Ao contrário, devem se sentir livres e estimulados a falarem tudo o que pensam sobre o projeto.

***A avaliação com a escola*** (opcional) é realizada por meio de questionários, aplicados aleatoriamente a diversos setores da escola. Em nossa experiência, reaplicamos o questionário utilizado na etapa de levantamento de dados.

Não há nenhum mecanismo específico a ser adotado no trabalho de coleta de dados. Cada escola deve ter autonomia para fazer esse levantamento, pois sabe melhor que ninguém como realizá-lo. Somente destacamos a importância dessa avaliação, uma vez que só assim é possível saber se as esperanças depositadas no projeto foram alcançadas.

O último momento de avaliação deve ser o ***fórum reflexivo***. Esta etapa é a mais complexa e importante, pois envolve toda a rede que compõe o projeto.

Para a sua realização deve ser separado um dia inteiro. Nesse encontro, todos deverão participar: alunos capacitados, pais, professores, demais funcionários, dirigentes da escola, os parceiros institucionais e patrocinadores – se houver. Os que não puderem participar devem se fazer representar.

O fórum é o espaço que todos terão para exporem seus pensamentos e ouvirem opiniões diferentes sobre o projeto que participaram ou apoiaram. É um momento importante por trazer uma diversidade de pensamentos acerca da experiência vivida e da continuidade da proposta.

## Após a avaliação o projeto está acabado? O que fazer depois dessa etapa?

Com a realização da avaliação, você terá concluído a fase de implementação do projeto em sua escola. Para que seja criada uma cultura forte e sólida de paz no ambiente escolar, é muito importante que seja dada continuidade ao projeto.

Nesse segundo momento, achamos interessante que cada escola participante construa um material próprio sobre mediação e resolução de conflitos. Não nos restam dúvidas de que uma cartilha feita na própria escola em que o projeto se desenvolve tende a ser mais direcionada aos seus problemas, sendo, portanto, mais efetiva. A utilização das publicações de apoio fornecidas pelo Ministério da Justiça facilitará a elaboração desse material.

Não há um modelo pré-definido sobre como esse material deve ser. Cada escola fará o que entende ser melhor para sua realidade. É fundamental que todos os participantes da primeira etapa trabalhem na confecção das cartilhas.

É com a continuidade do projeto que o hábito da resolução alternativa de conflitos se consolidará no ambiente escolar, desenvolvendo, a médio prazo, uma cultura de paz não só nas escolas, mas também nas comunidades e em todos os locais da rotina dos alunos.

## Notas

[1] Apostila do curso básico de capacitação em mediação, 1998, pág. 06.
[2] ACLAND, A. F. *in* Cómo utilizar la mediación para resolver conflictos em las organizaciones, 1997.

## Bibliografia

ACLAND, A. F. *Cómo utilizar la mediación para resolver conflictos en las organizaciones.* Buenos Aires: Paidós, 1997.

GOTTHEIL, Julio & SCHIFFRIN, Adriana. *Mediación: uma transformación en la cultura.* Buenos Aires: Paidós, 1996.

*Apostila do curso básico de capacitação em mediação*. Rio de Janeiro: Instituto Mediare, 1 998.

WARAT, Luis Alberto. *Em nome do acordo:* a mediação no Direito. Almed: Florianópolis, 1998.